

Competência Moral Intuitiva

Evolução Histórica da Expediência Moral das Forças Armadas

Dr. Walzi C. Sampaio da Silva

As opiniões expressas no presente artigo são do autor e não representam, necessariamente, as do Departamento de Defesa, da Força Aérea, da Universidade do Ar ou de quaisquer outros órgãos ou departamentos dos EUA ou estrangeiros.

É um truísmo afirmarmos que a decisão moral, a expediência moral, os porões da moralidade, bem como toda questão moral correlata, são tópicos imensamente controvertidos e sutis. Os filósofos há muito fizeram destes temas um campo de batalha, envidando os melhores esforços para tratarem estes tópicos com argumentação rigorosa; mas enquanto os filósofos tentam chegar a um termo nessas questões, ao leigo, nada resta senão levar a efeito, como pode, a expediência moral - antes de qualquer preocupação filosófica e, com frequência, a despeito de qualquer preocupação filosófica. Toda decisão moral é uma decisão urgente. Essa urgência é ainda maior para o agente moral investido de poder público, mormente quando inserido em situações de profundo conflito, como as situações em que os membros das forças armadas, de recrutas a oficiais de elevada hierarquia, habitualmente estão, pois, em certo sentido, é de seu ofício estar nessas difíceis situações e com elas lidar.

Dizemos que alguém é um *agente moral* quando cabe a essa pessoa responsabilidade por pelo menos parte de suas ações, atitudes e condutas. Outro modo de dizê-lo é: agente moral é alguém cujas ações possam ter impacto sobre pelo menos um paciente moral, entendendo-se *paciente moral* como gente, animal ou coisa que, apenas por ser o que é, mereça consideração da parte do agente moral. A guerra é um terreno que toma todos os seus atores agentes morais. A guerra também toma a todos - pessoas, animais ou segmentos do ambiente -pacientes morais dos agentes morais que levam a guerra a efeito. É erro grosseiro, ao menos nos dias de hoje, tratar algumas das decisões mais violentas da guerra como meios cruéis de obter fins não-avaliados. As decisões na guerra são dos mais complexos tipos de decisão moral; são morais e têm uma dimensão moral, mesmo quando os que tomam as decisões (morais) acham-se mais inclinados a verem-se a si próprios como desembaraçados de preocupações ou obrigação morais.

O presente artigo versa sobre o lado intuitivo da moralidade. Aqui iremos propor e discutir uma idéia, a de *competência moral intuitiva*, bem como conceitos relacionados. Nosso intuito é o de lançar alguma luz, para leitores sem formação filosófica, sobre o que seria de outro modo intrincada investigação filosófica, pois a moldura e o *rationale* da moralidade, tanto quanto os chamados fundamentos dos atos morais, são bruma filosófica de elevado nível de abstração. Mas dado o caráter urgente da expediência moral, lado a lado a grande parte dos assuntos públicos (dentre os quais a guerra é preocupação de relevo), temos de admitir que deva existir certa aptidão moral, que aqui denominamos *competência moral*, operando sobre a expediência moral e seu fundamento; na guerra ou na paz, afetando doutrinas militares e decisões morais eficazes, seja no campo de batalha, seja nos gabinetes. O artigo é de argumentação, não requerendo bibliografia, notas ou comentários mais extensivos.

Maximoralidade versus Minimoralidade

Que é um *expert moral*? Segundo o professor Brad Hooker,

Experts morais são melhor definidos como aqueles que estudaram com cuidado as questões morais, conhecem as principais teorias desenvolvidas em resposta a tais questões e são

capazes (sempre que possível) de oferecer [a respeito delas] argumentação que convenceria pessoas sensatas.

Em áreas técnicas e científicas, importante característica de uma resposta bem sucedida é que ela funcione, no sentido de fazer previsões acuradas. Podemos dizer que respostas bem sucedidas para questões morais assumem a forma de argumentos que, cuidadosamente examinados, persuadiriam pessoas sensatas e levariam a uma convergência de suas concepções morais. (Hooker 1998, no verbete 'Moral Expertise')

Um filósofo profissional poderia formular enorme variedade de questões sobre a definição acima. Muitas dessas questões incidiriam sobre a natureza do conhecimento moral. Como nós, os seres humanos, podemos obter conhecimento sobre a moralidade? De onde estaria provindo um tal saber? Os cognitivistas afirmam que temos uma prontidão psico-biológica para apreender conceitos morais e que, entre as espécies, nossa peculiaridade é termos semelhante habilidade. Os não-cognitivistas, por sua vez, afirmam que só podemos dizer que realmente *sabemos* quando faz sentido afirmarmos que o que saibamos seja ou verdadeiro ou falso, e que formulações morais não são nem verdadeiras, nem falsas-são antes *imperativos*, enunciados normativos diante dos quais não podemos esperar conhecer, mas *sentir* ou *avaliar*, e sobre eles exercer nossa *emoção*. Ante essa tese, a antropologia e a sociologia contemporânea, em algumas de suas correntes, argumentam que sentimentos, avaliações e caráter emocional são ligados à cultura e, assim, não deve existir algo como um princípio moral absoluto, visto a moralidade variar no espaço e na cultura, no tempo e no contexto histórico. Os que professam tal tese são os *relativistas morais*, céticos quanto à possibilidade de haver algum fundamento moral permanente, ou sistema fixo de moralidade. Os *pragmatistas éticos*, por sua vez, também rejeitam a possibilidade de um sistema fixo de moralidade, porém oferecem, para sua rejeição, razões distintas das que acodem ao relativista. Os pragmatistas rejeitam a *certeza* do conhecimento em geral, sem, no entanto, inclinarem-se a concluir, a partir da falta de certeza, uma ausência de racionalidade. Enquanto abrem mão da idéia de uma verdade absoluta, ou de fundamentos fixos, ou de bom dogma, os pragmatistas admitem que iremos interagir com os fatos, porque isso não podemos evitar neste mundo em que estamos, e, ao assim interagirmos, podemos ser *razoáveis*; podemos ajustar nossas decisões e princípios para maximizar nossa proximidade àquilo que seja *a melhor coisa a fazer*. Não importa o quão complexa possa ser uma decisão baseada em conhecimento sempre incerto, sempre teremos algo como a melhor coisa a fazer, e isto se estende ao campo da expediência moral. Os pragmatistas recebem dos absolutistas, bem como de outras linhas anti-pragmáticas, a crítica de que, às vezes, a melhor coisa a fazer não é absolutamente boa coisa... e assim se agravam todas as polêmicas.

Embora padecendo de alto nível de abstração, as posições acima mencionadas sobre a moralidade refletem a complexidade da expediência moral em situações reais. Isto se aplica inteira e naturalmente à complexidade das decisões militares. A guerra é processo que se desencadeia face a *valores*. Quando nações discordam acentuadamente a respeito do que fazer ante um recipiente moral, quando discordam sobre o que seja a melhor maneira de agir, quando demandam a posse exclusiva de um bem tido por essencial ou mutuamente repelem seus recíprocos estilos de vida - e presumivelmente quando vão falecendo todas as negociações políticas - a consideração da guerra entra em cena. Tropas iniciam sua rota contra o inimigo, fora de seu país, ou o recebem em suas fronteiras. Em ambos os casos, há colisão cultural, e molduras inteiramente distintas de conceitos e valores precisam ser mutuamente sopesadas, enquanto a decisão moral nem sempre pode esperar.

A despeito dessa complexidade notória, a história militar demonstra que decisões *foram* efetivamente tomadas nesses contextos. Avaliadores morais de distintas convicções irão *ver* uma dimensão moral nessas decisões, sejam elas decisões estratégicas de alto nível, tomadas, por exemplo, no âmbito de Estados-Maiores, sejam decisões táticas tomadas por comandantes em campo, e esse ônus moral acompanha até o soldado em sua decisão de puxar ou não o gatilho diante de perigo iminente. Se tais agentes morais tivessem que aguardar o conhecimento moral para dissipar sua ignorância moral e

conduzi-los à ação moral bem orientada, o mundo, a sociedade, a história, há muito teriam cessado. Assim, precisa ter havido, precisa haver, competência moral, seja lá o que signifique, naqueles grupos ou pessoas que escolheram agir de um modo em detrimento de algum outro.

Vamos introduzir dois conceitos para auxiliar-nos a expressar nossa tese principal. Uma estratégia de decisão moral é chamada *minimoral* quando o agente admite que pode até haver um padrão moral aplicável ao resultado final de sua decisão, mas o agente não se considera, ele mesmo, passível de responsabilidade sobre a tonalidade moral de seus atos. Em outras palavras: o agente moral *não se importa* com as conseqüências morais dos seus atos, ainda que notórias e consagradas. De outro lado, uma estratégia de decisão moral é denominada *maximoral* quando o agente não apenas reconhece uma dimensão moral imputável a si e à sua ação, mas, também, tenta ao máximo investigar a qualidade moral do resultado final de sua decisão. Dito de outro modo, o agente *se importa* com os aspectos morais das seqüelas ou efeitos positivos de sua ação.

Estamos, então, prontos para aqui expressar uma tese histórica. Em nossa opinião, a história recente das Forças Armadas mostra-nos que, à medida em que avança o tempo-e ganha a guerra um estilo contemporâneo de fazer-se -, a expediência moral vai se tomando cada vez mais maximoral e cada vez menos minimoral. Entre investidas súbitas de bárbaros sobre camponeses indefesos, no alvorecer das sociedades, e o desenvolvimento de tecnologias não-letais de guerra em nossos dias, desdobra-se longa trajetória histórica. Houve uma ponte a ser disposta sobre o abismo que separa a amoralidade indiscriminada e as decisões maximorais de alto poder discriminador. O conceito de ser boa a estratégia de *stalemate* - imobilidade de forças induzida de um lado sobre outro -preferível a uma escalada de conflito, é um dos mais notórios sintomas de expediência maximoral nos quadros militares.

Podemos, no entanto, indagar - de onde provém o conhecimento de moral ao qual tem acesso o agente maximoral? À semelhança do que ocorre com outras, os filósofos não irão oferecer qualquer resposta conclusiva a tal questão; no entanto, a história irá continuar, clara e desejosamente mostrar mais e melhores exemplos de expediência maximoral. Não deveria essa "ausência de base" da expediência moral ser considerada problemática? Sim, talvez seja isso um problema filosófico; mas em outros segmentos das aptidões humanas, mesmo os mais rigorosos filósofos reconheceriam que os homens em geral são aptos a exercer alguns dons como *faculdades* inerentes à condição humana, não como resultados de conhecimento sistemático. Usamos uma lógica intuitiva, operativa desde há muito-nós a usávamos desde bem antes que qualquer de nós tivéssemos a menor idéia do que fosse uma lógica formal reconstruída. Movemos de modo muito preciso nossos músculos, mesmo quando nos falta por inteiro o conhecimento anatômico e fisiológico de como nossos corpos articulam nossa própria competência muscular. Vemos, ouvimos e fazemos coisas com nossas mãos, mesmo quando não dispomos de total entendimento do que diga a ótica, a acústica e muitos dos campos teóricos sobre habilidades sensoriais.

Haverá certamente quem entenda estarmos aqui afirmando que a percepção moral é um dom humano e que tal posição seja apenas romântica. Tais críticos irão certamente dizer que alguns dos expedientes maximorais podem ser completamente desorientados; pessoas que padecem de cegueira diante de valores, ou de imprecisão em avaliações podem ser incapazes de separar o bom do ruim, enquanto exerçam, e não obstante estarem exercendo, o melhor de suas "propensões morais naturais". Pode ser dito que a própria noção de bom *versus* mal é controvertida o suficiente para dissolver-se na razão direta da concentração de nossa atenção sobre ela. Ou que os conceitos de bem e de mal são determinados culturalmente, tomando-se, portanto, a expediência maximoral dependente de contextos e daí, rapidamente, contraditória: dois soldados ou dois comandantes militares localizados em campos opostos podem decidir e agir em termos da expediência maximoral e fazerem coisas opostas, poderiam basear-se em valores opostos, dissolvendo-se, assim, o próprio conceito de bom ou mau.

Tais críticas devem ser levadas a sério. Ligam-se à discussão da natureza do juízo moral e a algumas questões que urge sejam respondidas sobre o juízo moral.

O termo 'juízo moral' pode referir-se a quatro distintas coisas. Primeiramente, à atividade de pensar sobre se um objeto da avaliação moral (seja ele ação, pessoa, instituição ou estado de coisas) tem ou não tem um dado atributo moral, seja ele geral (tal como a correção ou incorreção), seja ele específico (tal como ser insensível ou íntegro). Em segundo lugar, significa o estado resultante dessa atividade: o estado de julgar que o objeto tem o atributo. Em terceiro lugar, o conteúdo desse estado: aquilo que é por nós julgado, não o ato ele mesmo de julgar. E em quarto lugar, tal termo pode ser lido como elogioso; referindo-se a uma virtude moral que pode ser também chamada de "discernimento moral" ou "sabedoria moral". Há três principais questões concernentes ao julgamento moral. A primeira indaga que tipo de estado vem a ser o estado de julgamento moral e, em particular, se tal estado deve ser caracterizado, no todo ou em parte, como um estado de crença. A segunda ocupa-se da atividade do julgamento moral, investigando em especial o papel, dentro desta atividade, a ser exercido pela aplicação de regras. A terceira examina as condições sob as quais uma pessoa está justificada ao fazer um juízo moral portador de um dado conteúdo. (Garret Cullity 1998, no verbete 'Moral Judgment')

A terceira questão mencionada na citação acima é a mais relevante para nossas discussões. Algum tipo de juízo moral precisa ser expresso como decorrente da expediência maximoral, e dúvidas podem ser lançadas sobre a objetividade do juízo moral. Se tomamos os resultados objetivos do juízo moral como possíveis portadores de verdade - se admitimos que os enunciados valorativos resultantes do juízo moral podem, em algum sentido, ser considerados verdadeiros ou falsos - a expediência maximoral ganha objetividade. Mas se acreditamos que não seja parte da natureza de enunciados valorativos serem portadores de algum valor de verdade, então a expediência moral se retrai para uma região turva. Pessoalmente, acredito que os juízos morais não resultem em verdadeiros ou falsos, mas recuso-me a daí admitir que a expediência maximoral seja necessariamente deficiente. Decisões militares são comumente tomadas sob intensa pressão. A complexidade das condições de decisão é enorme. O interjogo com outras expediências e outras decisões de inúmeros agentes adicionam a elas grande riqueza e risco. Temos de considerar conclusiva a avaliação maximoral, como condição de possibilidade da tomada de decisão; desde que decisões sejam bem trabalhadas face a uma sensibilidade perante valores, mesmo quando não trouxermos à consideração a precisa natureza do valor moral, essa sensibilidade orienta o decidir com maximoralidade e o repelir a minimoralidade. Nesses contextos extremamente complexos, podemos afirmar que algo de bom haverá provavelmente de estar acontecendo, ao menos parcialmente, no que concerne ao primado da maximoralidade.

A questão aqui se resume ao seguinte: *a expediência maximoral é sempre melhor do que a expediência minimoral e deve ser preferida*, principalmente quando *há que se agir* sob profunda incerteza. Trata-se de uma posição próxima a um pragmatismo moral e uma tolerância moral. Em nossos dias, praticamente nenhuma guerra irá mais envolver apenas uma dualidade de pólos, mas, antes, toda guerra deverá envolver inúmeros e diversos interesses, a formulação instruída de políticas, a pluralidade de forças e a complexidade de riscos. Nessas condições, a noção abrangente de "guerra" favorece o exercício da tolerância moral, não no sentido de termos de aderir a valores errôneos ou de sermos lenientes em nosso próprio benefício, mas no sentido de que *precisamos agir com competência moral, tomando decisões maximorais em condições de incerteza*.

Expediência moral sob conhecimento incompleto

Assim, parece-nos que um conceito chave em nossa discussão é o do ônus das decisões maximorais sob conhecimento moral incompleto, em contextos conflituosos que envolvam acentuada incerteza. Esta é uma característica das decisões militares, se reconhecermos com Clausewitz a incerteza intrínseca da guerra, especialmente em nossa época. Há muito se foi o tempo em que decisões militares ainda eram tomadas

sob a ótica de preocupações puramente militares. Neste momento da história, mesmo as decisões militares mais triviais têm de levar em conta uma variedade de fatores não-militares, e os tomadores de decisões, bem como os formuladores de políticas militares, aprenderam rapidamente, ao menos após as duas Guerras Mundiais, a emoldurarem suas decisões e políticas com um ponto de vista abrangente - incluindo fatores políticos, sociais, culturais e, também, fatores *morais*

Isto parece transformar a expediência moral em algo afim à proficiência artística. Pode não haver um conjunto pré-fixado de regras; pode não haver um livro que estabeleça, de maneira determinística, como aplicar regras e como eleger princípios; pode não existir conhecimento completo sobre o que possa acontecer e sobre como chegar a decisões maximorais pré-fabricadas; mas há um sentido de oportunidade e objetividade que vem em auxílio dos tomadores militares de decisão no justo momento dessa tomada de decisão. Agir sob conhecimento incerto é tarefa difícil, que exige *esprit de finesse*. É tese nossa, tese histórica empírica, capaz de produzir previsão histórica, que desejavelmente um tal *esprit de finesse* vem crescendo e se aperfeiçoando dia após dia dentro das Forças Armadas. É fato histórico que a totalidade de recursos em arsenais, o poder de fogo total das Forças, é definitivamente maior, mas muitíssimo maior, do que todo o arsenal, poder de fogo e força alocados a qualquer dos conflitos nas guerras importantes mais recentes. A tecnologia da guerra progride de modo vertiginoso, mas a propensão à efetiva e real aplicação dessa tecnologia afortunadamente decresce em intensidade. Essa não é necessariamente uma posição pacifista, embora possa ser fortalecida para tomar-se algo assim. Como é aqui formulada, entretanto, destina-se a ser apenas uma tese *moral*: a vasta maioria de forças militares das democracias ocidentais vem *maximoralizando* suas decisões sobre a guerra. Se não for totalmente assim, espera-se que o seja pois, certamente, parece tratar-se do que a sociedade em geral deseja que seja, e ter as políticas balizadas pelo desejo da sociedade é um traço distintivo das democracias.

É conhecida a tese, atribuída a Platão, de que *o conhecimento do bem implica sua prática*; a saber, é impossível, para alguém que compreenda o que seja a coisa certa, fazer, não obstante, a coisa errada. Maquiavel, entretanto, pensava diferentemente; é também conhecida sua posição de que a ação política pode ser derivada do conhecimento político e que o Príncipe pode bem entender o que é moralmente certo, mas praticar o que seja moralmente errado. O que deve, então, envolver um processo de maximoralização? Deve envolver que embora sob pressão de circunstâncias difíceis, seja, ainda assim, bem sopesada a melhor decisão com o auxílio da idéia regulativa *da coisa (moralmente) certa a ser feita*, mesmo em face de um *background* de conhecimento incompleto. É tão simples e tão complexa assim a decisão maximoral.

Considero a expediência maximoral uma faculdade humana; não será baseada em um conhecimento moral completo e pode, mesmo, carecer de uma base factual possibilitadora de um *input* solidamente informativo. Mas agentes maximorais lutam, dando o melhor de si, para fazerem a coisa certa - sendo desejável que de modo independente do conhecimento sempre que o conhecimento falecer. Assim, a decisão maximoral é tomada mesmo quando e onde um tomador de decisão moral de dobradura mais clássica se consideraria inteiramente perdido. É uma equação moral semelhante à equação pragmática em epistemologia.

Consideremos uma breve história a título de exemplo. Suponha o leitor, por um instante, que seja exímio nadador. Suponha também que se encontre confortavelmente sentado à beira mar, tomando um refrigerante, em um luminoso dia de verão. Suponha, ainda, que, ao olhar o horizonte cáldo das águas, veja, a meia distância, alguém que pareça estar desesperadamente tentando boiar e, talvez, afundando para a morte. O leitor é exímio nadador e seguramente sentirá intensa propensão e urgência em pular n'água e resgatar o pobre padecente. Mas alguém em terra firme adiante grita: "Ei você! Não perca seu tempo nadando. Aquela pessoa ali já há muito está morta, estou certo disso. Você perderá seu tempo e desperdará inúteis esforços para resgatar um cadáver!" O que faria o leitor? Assumiria a verdade do testemunho do informante sem ter dúvidas e sem exercer crítica? Ou, de modo vigoroso, se lançaria assim mesmo ao mar, correndo o risco de que, ao final, transparecesse que o fez por nada? A maior parte de nós

se jogaria ao mar com certeza, e daria de si o melhor para trazer o aflito de volta, em segurança. Porque, para um exímio nadador, a possível perda de nadar inutilmente seria irrelevante face ao ganho imenso de poder salvar a vida de alguém com tão pequeno esforço. Se o inoportuno informante se corrigisse: "Ei, eu estava errado, acho que aquela pessoa lá está viva ainda!", o leitor provavelmente gritaria de volta "Já fui; nem precisava saber de nada!" Trata-se de posição similar à do "apostador de Pascal": *já que o conhecimento sobre Deus é completamente incerto, creia em Deus, porque ao crer se pode ganhar tudo sem perder nada, enquanto ao não crer se pode perder tudo sem ganhar nada.*

Conclusão

Estratégias de decisão maximoral guardam similaridade com a estratégia do pragmatismo moral. São fortemente intuitivas e baseiam-se em um sentido de preservação moral; são aplicáveis quando a informação sobre o futuro se vai esvaindo cada vez mais. Não se aliam às perspectivas relativistas pelas quais se afirma que *tudo funciona*. Não são instâncias da controvertida tese de que *os fins justificam os meios*.

O exame da história da guerra e a conduta militar das democracias ocidentais nos conflitos contemporâneos parece indicar que as decisões maximorais estejam hoje, em larga medida, presentes no estilo de vida militar. A parcimônia na aplicação de poder militar é um dos sintomas desse processo de gradual maximoralização. A responsabilidade ante o ambiente - este amplo e felizmente persistente paciente moral de todas as eras - é um segundo indicador deste processo. A gradual substituição da guerra maciça pela preferência por negociações refinadas, militares e diplomáticas, é, também, sinal deste processo. O engajamento de expressivos contingentes militares em atividades de manutenção da paz é, dele, sugestiva indicação. A alocação de tecnologias de guerra não-lethal é outra. Tudo aponta para um gradual, mas incisivo crescimento das decisões maximorais dentro das Forças Armadas em seu interjogo com outras expediências, mormente as políticas. Os efeitos desse benéfico deslocamento são de bom alvório. São arautos de uma nova época.

Referências

- Craig, Edward (ed) & Floridi, Luciano (consultant ed.) 1998 *Routledge Encyclopedia of Philosophy- CD Version 1.0*
New York, Routledge and Kegan Paul
Cullity, Gerret
'Moral Judgement' in Edward & Floridi 1998
Hooker, Brad
'Moral Expertise' in Edward & Floridi 1998

Colaborador

O **Dr. Walzi C. Sampaio da Silva** é Professor Adjunto IV do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (Niterói/RJ - Brazil); Sociólogo, Mestre em Sociologia pelo IUPERJ/RJ e Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Exercendo seu décimo-oitavo ano de magistério superior, aos 44 anos, dedica-se predominantemente ao estudo da decisão racional, em suas relações com aspectos não-rationais, morais e factuais da cognição humana. Com artigos sobre tais temas publicados em diversos periódicos de mesa editorial internacional, como a Revista Manuscrito (Campinas/SP-Brasil); a Revista da Universidade de Brasília; a Revista do ICHLF da Universidade de São Paulo e outros, o Dr. Sampaio da Silva tem dirigido uma tradição de pesquisa, em sua área de atuação, no ambiente acadêmico brasileiro.